

ATA Nº 10/2012.-----
REUNIÃO ORDINÁRIA DO EXECUTIVO
MUNICIPAL REALIZADA NO DIA DOZE
DE ABRIL DE 2012. -----

No dia doze do mês de abril do ano de dois mil e doze, no edifício dos Paços do Concelho de Tomar, sito na Praça da República, nesta cidade, reuniu a Câmara Municipal de Tomar, em reunião ordinária sob a Presidência do Senhor Presidente da Câmara – Carlos Manuel de Oliveira Carrão, encontrando-se presentes os Exm^{os}. Senhores Vereadores Pedro Alexandre Ramos Marques, Maria do Rosário Cardoso Simões, José Manuel Farinha Perfeito, Luís José da Silva Ferreira e Graça Maria Marques Costa. -----

O Senhor Vereador José António Becerra Vitorino, por motivo de ausência temporária solicitou a sua substituição nos termos do Artigo 78º da L.A.L., tendo sido substituído pela Senhora Anabela Rosa de Almeida Estanqueiro, por ser a candidata que se segue na lista dos concorrentes à Câmara Municipal de Tomar do Partido Socialista a qual, após conferida a sua identidade e verificado o seu posicionamento na respetiva lista, esteve presente na reunião.-----

Da Ordem do Dia que se transcreve constavam os seguintes assuntos: -----

- 1. -BALANCETE.-----**
- 2. -RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS DE 2011 DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E SANEAMENTO. -----**
- 3. -DOCUMENTO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE TOMAR REFERENTE AO ANO DE 2011.-----**
- 4. -APRECIACÃO DE PROCESSOS DO DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS. ---**
- 5. -INFORMAÇÕES, EXPEDIENTE E PROPOSTAS: -----**
 - 5.1. Informações da Divisão Financeira. -----**
 - 5.2. Informação da divisão de Assuntos Jurídicos.-----**
 - 5.3. Informações da Divisão de Desporto e Juventude. -----**
 - 5.4. Informações da Divisão de Turismo, Cultural e Museologia. -----**
 - 5.5. Informação da Divisão de Desenvolvimento Económico, de Apoio às Empresas e de Comunicação. -----**

5.6. Informação conjunta da Divisão de Turismo, Cultura e Museologia e Divisão de Desporto e Juventude.-----

5.7. Divisão de Serviços Urbanos e Espaços Verdes. -----

5.8. Expediente.-----

5.9. Propostas: -----

5.9.1. Propostas do Senhor Presidente. -----

6. - OPERAÇÕES URBANÍSTICAS:-----

6.1. Loteamento urbano.-----

6.2. Informações diversas.-----

7. - PROCESSOS OBJETO DE DESPACHO: -----

7.1. Ao abrigo de Delegação e Subdelegação de competências, em conformidade com a deliberação de 23 de Dezembro de 2011 - (Senhor Presidente). -----

A Relação dos processos e assuntos constantes dos pontos 4, 5, 6 e 7 da Ordem do Dia é discriminada nos seguintes termos:-----

4. - APRECIACÃO DE PROCESSOS DO DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS: ---

4.1. Marcação de passadeira para peões na E. M. 531-1 na Fonte de D. João - Junceira. -----

4.2. Criação de dois lugares de estacionamento na Rua de S. João Baptista.-----

4.3. Cálculo dos encargos com o pessoal no ano de 2012 para imputar às obras por administração direta.-----

4.4. Cálculo dos encargos com equipamento no ano de 2012 para imputar às obras por administração direta.-----

4.5. Empreitada de Levantamento e Assentamento de Tampas de Saneamento Básico – Receção provisória. -----

4.6. Criação de estacionamento para cargas e descargas e para pessoas com mobilidade condicionada na Rua Diogo de Arruda. -----

4.7. Aquisição de serviços de manutenção da Fonte da Praceta Alves Redol – Parecer prévio.-----

4.8. Proposta de sinalização no logradouro nas traseiras da Rua Diogo de Arruda e Acessos. --

4.9. Atualização dos preços a cobrar pela reposição de pavimentos executada pelo Departamento de Obras Municipais. -----

- 4.10. Relatório de Despesa do ano de 2011 – Para conhecimento. -----
- 4.11. Empreitada de Arranjo Urbanístico da Envolvente ao Convento de Cristo – Alteração ao projeto, junto ao Alambor. -----
- 4.12. Empreitada de Arranjo Urbanístico da Envolvente ao Convento de Cristo – Libertação de Garantia Bancária. -----
- 4.13. Empreitada de Requalificação da EN 110 – Troço entre a Praceta de Santo André e a Av. Maria Lourdes Mello e Castro – Revisões de Preços Provisórias.-----
- 4.14. Empreitada de Requalificação da EN 110 – Troço entre a Praceta de Santo André e a Av. Maria Lourdes Mello e Castro – Conta de Empreitada. -----

5. - INFORMAÇÕES, EXPEDIENTE E PROPOSTAS: -----

5.1. Informações da Divisão Financeira: -----

- 5.1.1. Encerramento da Conta Bancária “CGD – Espaço Internet”. -----
- 5.1.2. Informação financeira prestada ao abrigo de solicitação Ministerial - P/ conhecimento. -----
- 5.1.3. Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso - P/ conhecimento. -----
- 5.1.4. Expropriação por utilidade pública com carácter de urgência - Parcelo do logradouro da EB1/JI da Torres da freguesia de Casais. -----

5.2. Informação da Divisão de Assuntos Jurídicos: -----

- 5.2.1. Alteração ao Regulamento de Resíduos Sólidos, Higiene e Limpeza Pública. -----

5.3. Informações da Divisão de Desporto e Juventude: -----

- 5.3.1. Isenção do pagamento de taxas pela cedência dos balneários do Pavilhão Municipal Cidade de Tomar ao Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas (SBSI) – Dia 20 de maio. -----
- 5.3.2. Isenção do pagamento de taxas pela cedência do Pavilhão Municipal Cidade de Tomar à Sociedade Filarmónica Gualdim Pais – Dia 16 de março. -----
- 5.3.3. Proposta para incluir desconto para titulares do Cartão-Jovem Municipal na Tabela de Taxas dos Transportes Urbanos de Tomar.-----
- 5.3.4. Programa de Apoio ao Associativismo – Apoios para 2012. -----
- 5.3.5. Proposta de protocolos para o desenvolvimento de programas de atividade física. -

5.3.6. Isenção do pagamento de taxas pela utilização dos Campos de Ténis do Complexo Desportivo Municipal de Tomar pelo Ténis Clube de Tomar – Dia 3 de Abril.-----

5.3.7. Isenção do pagamento de taxas pela utilização da Pista de Atletismo do Estádio Municipal pelo Presídio Militar – Dias 17, 18 e 19 de Abril e 8 de Maio. -----

5.3.8. Isenção do pagamento de taxas pela utilização da sala de formação do Complexo Desportivo pela Associação de Parkinson de Santarém – Dia 14 de Abril. -----

5.3.9. Proposta de concessão da exploração de embarcações de recreio para o rio Nabão. -----

5.4. Informação da Divisão de Turismo, Cultura e Museologia: -----

5.4.1. Espetáculo de dança no Cineteatro Paraíso – Dias 29 de abril, 22 e 23 de junho. ---

5.5. Informação da Divisão de Desenvolvimento Económico, de Apoio às Empresas e de Comunicação:-----

5.5.1. Pagamento de faturas referentes ao Boletim Informativo/Agenda Cultural da Câmara Municipal de Tomar. -----

5.6. Informação conjunta da Divisão de Turismo, Cultura e Museologia e Divisão de Desporto e Juventude: -----

5.6.1. Encontro Regional de Exploradores - Isenção do pagamento de taxas pela cedência dos balneários do Parque de Campismo e do Pavilhão Municipal Cidade de Tomar à Junta Regional de Santarém do Corpo Nacional de Escutas (CNE) – Dias 24 e 25 de março. -----

5.7. Divisão de Serviços Urbanos e Espaços Verdes: -----

5.7.1. Recolha de Resíduos Hospitalares produzidos nas Ambulâncias dos Bombeiros Municipais de Tomar – Parecer prévio. -----

5.8. Expediente: -----

5.8.1 Ofício da Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere – Drenagem de Águas Residuais Domésticas das Povoações de Bairrada, Bairradinha e Cardal. -----

5.8.2. Carta Da Rua da Harmonia, Lda. – Solicita o prolongamento do contrato de arrendamento do bar do Cineteatro Paraíso de 5 para 8 anos. -----

- 5.8.3. Ofício dos SMAS – Contribuição Extraordinária à Associação para o Desenvolvimento de Assessoria e Ensaaios Técnicos A. Logos. -----
- 5.8.4. Ofício do Centro Hospitalar do Médio Tejo – Solicitam a nomeação de um representante do Município para integrar o Conselho Consultivo do Centro Hospitalar. --
- 5.8.5. Ofício da Ordem dos Advogados - Delegação de Tomar – Reorganização da Estrutura Judiciária – Manutenção do Tribunal de Trabalho de Tomar. -----
- 5.8.6. Carta de Tânia dos Santos Martinho – Solicita autorização para realização de feira de artesanato contemporâneo na Rua Silva Magalhães nos dias 28 e 29 de Abril, 30 de Junho e 1 de Julho, 29 e 30 de Setembro.-----
- 5.8.7. Carta da Empresa Encosta do Vale – Construções Unipessoal, Lda. – Solicita a redução do valor da renda ou suspensão da exploração da cafetaria “Casa dos Cubos”.---
- 5.8.8. Ofício da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P. – Projeto de Portaria de reestruturação dos Agrupamentos de Centros de Saúde da Região de Lisboa e Vale do Tejo.-----

5.9. Propostas: -----

5.9.1. Propostas do Senhor Presidente da Câmara: -----

5.9.1.1. Proposta de aditamento ao Regimento da Câmara Municipal de Tomar.---

5.9.1.2. Adesão à Rede de Cidades e Vilas Medievais. -----

6. OPERAÇÕES URBANÍSTICAS: -----

6.1. Loteamento urbano: -----

6.1.1. Aristinvest – Investimentos Imobiliários, Unipessoal – Loteamento 7/88 – Alteração aos lotes 1 a 3 – Quinta de Santo André – Sta. Maria dos Olivais. -----

6.2. Informações diversas: -----

6.2.1. MonteAdriano – Engenharia e Construções, S.A. - Instalação de Central de betuminoso para a empreitada “Subconcessão Pinhal Interior” (Instalação provisória por 18 meses) – Junto à Estrada Nacional 538 – Alviobeira – Proc.º 94/2012.-----

7. PROCESSOS OBJETO DE DESPACHO: -----

7.1. Ao abrigo de Delegação e Subdelegação de competências, em conformidade com a deliberação de 23 de Dezembro de 2011 - (Senhor Presidente). -----

7.1.1. Informação nº 66/2012-DF-----

Sendo nove horas e trinta minutos, o Senhor Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, dando início ao período de antes da ordem do dia, tendo sido proferidas as seguintes intervenções:-----

Os Senhores Vereadores do Partido Socialista apresentaram os seguintes documentos: -----

PROPOSTA -----

PROIBIÇÃO DO USO DE *BARREIRAS TIPO NEW JERSEY* NO CENTRO HISTÓRICO ---

O Centro Histórico de Tomar é um conjunto patrimonial relevante, sobre o qual em tempo oportuno a Câmara deliberou implementar um plano de salvaguarda, de forma a manter a dignidade das características arquitectónicas ímpares, dos seus mais de sete séculos de construção. São assim conhecidos os constrangimentos à recuperação e construção dentro do seu perímetro de salvaguarda, sejam nas alterações a efectuar, sejam nos elementos construtivos passíveis de uso. --- Desde há alguns anos, já na vigência deste plano de salvaguarda, tem crescido o uso extemporâneo de *barreiras tipo New Jersey*, para contenção de tráfego no Centro Histórico. -----

A barreira New Jersey é uma barreira de segurança, geralmente fabricada em betão, utilizada como separador de fluxos de tráfego, como guarda em obras de arte ou para delimitar provisoriamente zonas em obras. A barreira New Jersey tem como principal vantagem uma elevada resistência ao choque e a ocupação de um espaço diminuto. -----

É portanto um elemento da atividade da construção, especialmente vocacionada para "auto-estradas".-----

Todos sabemos que à cidade de Tomar não se aplica efetivamente o conceito típico da utilização deste elemento, como é por demais evidente, não sendo aliás conhecida qualquer cidade com vocação turística com este tipo de elementos espalhados, como infelizmente na nossa Cidade, pelas ruas do nosso centro histórico ou no Largo do Pelourinho, por exemplo. -----

Assim, se propõe:-----

1 – Que seja proibido o uso de *barreiras tipo New Jersey* no perímetro do plano de salvaguarda do centro histórico;-----

2 – Que o seu uso só possa acontecer, inopinadamente e durante períodos muito limitados de tempo, nas vias nacionais que atravessam o perímetro do plano de salvaguarda do centro histórico, quando em resultado de calamidade ou outra ocorrência de gravidade que torne de todo impossível o uso de outro tipo de barreiras. -----

REQUERIMENTO -----**CONTRIBUIÇÃO AO CIRE EM RESULTADO DO CONGRESSO DA SOPA** -----

Somos pelo presente a solicitar, ao abrigo da normas legais aplicáveis, informação sobre os montantes e as datas de pagamento de contribuições e/ou subsídios ao CIRE, por ocasião e/ou em resultado da realização conjunta dos Congressos da Sopa, dos anos de 2001 a 2011. -----

O Sr. Vereador Pedro Marques perguntou se já existiam algumas informações relativamente à reestruturação do Tribunais. Solicitou ainda informações relativamente às conclusões da reunião realizada com a DREL até porque teve conhecimento que vão passar a existir dois mega agrupamentos em Tomar. -----

O Sr. Presidente informou que relativamente à reestruturação dos Tribunais e mais concretamente ao Tribunal de Tomar tem uma proposta para apresentar no ponto da ordem do dia relativamente a esse assunto. -----

A Sra. Vereadora Rosário Simões informou, tal como já tinha referido na última reunião, teve lugar uma reunião com os diretores dos agrupamentos e das escolas não agregadas para a qual foi convocada a Autarquia e que teve como ordem de trabalhos o reordenamento dos agrupamentos. A posição tomada por todos foi unânime e foi no sentido de que, a existir um reordenamento, o mesmo fosse formado por duas agregações em que a Escola D. Nuno Álvares ficaria agregada à Escola Secundária Sta. Maria do Olival e os agrupamentos Sta. Iria e Gualdim Pais à Escola Secundária Jácome Ratton.-----

A Sra. Vereadora Anabela Estanqueiro referiu que relativamente a reestruturação dos Tribunais, em seu entender, o que está subjacente a esta decisão será a desafetação das instalações que terá a ver com a intenção do Governo em alienar instalações.-----

O Sr. Vereador Pedro Marques retomou a palavra para referir que no programa de televisão em que o Sr. Presidente participou não foi transmitida a posição tomada pela Câmara, conforme esperava que fosse defendida. -----

A Sra. Vereadora Graça Costa interveio para lamentar a forma como decorreu o referido programa, acrescentando que, neste momento, todos têm a noção de que só se têm conhecimento das coisas depois de consumadas, realçando a necessidade de deverem estar atentos a todas as situações que possam vir a ocorrer. -----

O Sr. Vereador Luís Ferreira sugeriu que o assunto relativo à Revisão da Carta Educativa pudesse vir à próxima reunião de Câmara com uma proposta concreta relativamente à sua reorganização.-----

Apresentou ainda a preocupação do Partido Socialista relativamente a uma série de serviços que todas as semanas se pretendem encerrar em Tomar, nomeadamente a situação do Regimento de Infantaria 15 sugerindo que o Sr. Presidente encete, desde já, diligências no sentido de saber da veracidade desta informação. -----

O Sr. Presidente referiu não ter qualquer informação relativamente ao Regimento de Infantaria 15, sendo certo que as Autarquias, quando confrontadas com as situações, estas se apresentam como casas já consumados.

Relativamente ao Hospital e no que diz respeito ao programa televisivo, no qual participou, informou que o mesmo decorreu de tal forma que não teve qualquer oportunidade de transmitir a posição tomada pela Câmara.-----

O Sr. Vereador Pedro Marques informou que, no que diz respeito ao Regimento de Infantaria 15, também já lhe surgiram rumores sobre a saída do mesmo, com a indicação de que ficaria apenas o presídio militar. Entende que devem ser, desde já, tomadas medidas no sentido dessa situação não vir a acontecer. -----

Alertou ainda para o facto de todas estas alterações provocarem nas famílias situações complicadas que necessitam de ser apoiadas do ponto vista social. -----

O Sr. Presidente referiu que o Centro de Apoio à Família, aprovado nesta Câmara vai exatamente no sentido de apoiar as famílias que se encontrem nessas situações. -----

O Sr. Vereador Luís Ferreira interveio referindo que, no que diz respeito à área social, Tomar foi a última a aderir às redes sociais, no entanto considera que, em boa hora, desenvolveu um bom trabalho nessa área.-----

A Sra. Vereadora Rosário Simões referiu que relativamente aos apoios sociais, nunca existiu uma política de ação social a nível nacional. A rede social da forma como foi legislada serviu apenas para dar subsídios. -----

Seguidamente explicou detalhadamente como irá funcionar a Rede Social e o Centro de Apoio à Família, que pretendem que seja muito mais do que uma simples loja social. -----

O Sr. Vereador Pedro Marques requereu informações relativamente a um munícipe que recebeu uma fatura de três mil euros para pagar, pretendendo saber se o munícipe está ou não a pagar essa fatura aos SMAS.-----

Seguidamente apresentou o seu desagrado pelo facto de só vir a saber dos eventos organizados pela Câmara através da comunicação social ou pela receção dos convites, sem que previamente tenha sido informado em sede de reunião de Câmara. -----

Terminado o Período de “Antes da Ordem do Dia”, a Câmara passou a deliberar de acordo com a Ordem do Dia: -----

BALANCETE: - Foi presente o balancete (Resumo Diário de Tesouraria) do movimento de fundos de Tesouraria Municipal, do dia onze de abril do ano de dois mil e doze, o qual acusa os seguintes saldos: oitocentos e setenta mil oitocentos e noventa e quatro Euros e oitenta e nove centimos (€ 870.894,89) em Operações Orçamentais e cento e cinquenta e nove mil quinhentos e cinquenta e seis Euros e setenta e seis centimos (€ 509.556,76), em Operações Não Orçamentais. ---

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS DO EXERCÍCIO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DO ANO DE 2011 -----

Foi presente o Relatório de Atividades e Contas do Exercício dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, referente ano de dois mil e onze, que apresenta os seguintes movimentos:-----

Proveitos e Ganhos durante o ano: Seis milhões, duzentos e vinte e um mil, setecentos e cinquenta e seis Euros e vinte e seis centimos (€ 6.221.756,26); -----

Custos e Perdas: cinco milhões, oitocentos e vinte e quatro mil, nove Euros e noventa e oito centimos (€ 5.824.009,98); -----

Resultado líquido do Exercício: trezentos e noventa e sete mil, setecentos e quarenta e seis Euros e vinte e oito centimos (€ 397.746,28). -----

A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar os referidos documentos, bem como a proposta de aplicação de resultados apresentados no Relatório de Gestão, e nos termos das disposições conjugadas dos art.ºs 64º, nº 2, al. e) e 53º nº 2 al. c), da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, submetê-los à votação e aprovação do Órgão Deliberativo. -----

Esta deliberação foi aprovada por maioria de cinco votos a favor e dois votos contra dos Senhores Vereadores Pedro Alexandre Ramos Marques e Graça Maria Marques Costa. -----

Os Senhores Vereadores Luis José da Silva Ferreira e Anabela Rosa de Almeida Estanqueiro ditaram a seguinte declaração de voto: “O PS votou favoravelmente o Orçamento dos SMAS para 2011, considerando que o documento então apresentado mantinha, com as correcções de facturação iniciadas em 2010, a linha de investimentos e de gestão correntes, no enquadramento actual da gestão das águas e saneamento. -----

Considerou ainda o PS na altura, que dados os constrangimentos de momento no sector das águas e saneamento, era esse o Orçamento e Plano possível de propor à concretização para 2011.-----

A sua concretização deu prossecução, quanto a nós às expectativas criadas com a aprovação do orçamento, reduzindo nomeadamente os custos com pessoal, saindo de um prejuízo contabilístico de 2010, de cerca de 200 mil euros, para um lucro de cerca de 400 mil, o que denota uma preocupação com a sua sustentabilidade. -----

Por tais razões, votamos favoravelmente.” -----

DELIBERAÇÃO TOMADA EM MINUTA.-----

DOCUMENTO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE TOMAR, REFERENTE AO ANO DE 2011 -----

Foi presente o Relatório de Atividades e Conta de Gerência da Câmara Municipal de Tomar referente ao período que decorreu entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2011, para apreciação e votação, apresentando os seguintes movimentos: -----

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL: -----

Saldo do ano anterior: - Dois milhões, dezanove mil, duzentos e três Euros e noventa e quatro centimos (€ 2.019.203,94); -----

Receita cobrada durante o ano: - trinta e três milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil, novecentos e dez Euros e vinte e dois centimos (€ 33.494.910,22); -----

Despesa efectuada no decorrer do ano: - trinta e três milhões, oitocentos e noventa e um mil, quatrocentos e quarenta e um Euros e cinquenta e dois centimos (€ 33.891.441,52);-----

Saldo para a Gerência Seguinte: - Um milhão, seiscentos e vinte e dois mil, seiscentos e setenta e dois Euros e sessenta e quatro centimos (€ 1.622.672,64);-----

Proveitos e Ganhos: - Vinte e quatro milhões, quinhentos e oitenta e seis mil, cento e cinco Euros e vinte e oito centimos (€ 24.586.105,28); -----

Custos e Perdas: - Vinte e seis milhões, quatrocentos e oitenta e nove mil, trezentos e quatro Euros e cinquenta e dois centimos (€ 26.489.304,52); -----

Resultado Líquido do Exercício: - Resultado negativo de Um milhão, novecentos e três mil, cento e noventa e nove Euros e vinte e quatro centimos (€ - 1.903.199,24). -----

A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou não aprovar os referidos documentos. -----

Esta deliberação foi rejeitada por maioria de quatro votos contra e os votos a favor do Senhor Presidente da Câmara e dos Senhores Vereadores Maria do Rosário Cardoso Simões e José Manuel Farinha Perfeito. -----

Os Senhores Vereadores Pedro Alexandre Ramos Marques e Graça Maria Marques Costa ditaram a seguinte declaração de voto: **“GESTÃO SEM FUTURO!** -----

Introdução -----

A prestação de contas do ano de 2011 continua a reflectir a forma pouco rigorosa como, ao longo destes últimos anos, têm vindo a ser geridos e aplicados os recursos colocados ao dispor da maioria PSD (PSD/PS desde o início deste mandato até finais de 2011) e que implica o sacrifício generalizado da população, obrigada a pagar taxas e licenças que financiam acções de discutível prioridade e quase nulo benefício da comunidade, com a afectação e o condicionamento dos recursos futuros do Município. -----

Os Vereadores Independentes *por* Tomar vêm constatando que, para obras e acções de duvidosa utilidade e que não conduzem ao progresso e ao desenvolvimento da nossa terra, se preteriu o social, que se continua a recorrer, cada vez mais, a entidades externas para a execução de obras e acções, mesmo da total e exclusiva competência dos Serviços Camarários, em detrimento da administração directa e em nítida desvalorização dos recursos humanos concelhios. -----

Aprofundando a análise deste importante documento de gestão municipal cumpre considerar que, em termos gerais, o documento da Prestação de Contas do ano de 2011 está na mesma linha dos apresentados nos anos anteriores, perdendo é certo o tom triunfalista que os caracterizava. -----

Neste pressuposto, mantêm-se actuais os comentários feitos sobre os relatórios dos anos de 2005, de 2006, de 2007, de 2008, de 2009 e de 2010 o que confirma, no essencial, a manutenção das erradas políticas da maioria PSD (alargada ao PS, no presente mandato até aos finais deste ano de 2011). -----

Execução orçamental -----

Os níveis de execução da receita e da despesa face aos respectivos orçamentos, continuam a apresentar valores muito baixos, sem que seja apresentada qualquer fundamentada justificação. ---
Constata-se um empolamento dos valores orçamentados avultando uma fraca execução orçamental. -----

Anos	Total Despesas				Total Receitas		
	Orçamento	Compromissos assumidos	Execução	Execução %	Orçamento	Execução	Execução %
2011	66.287.970,00	54.877.431,49	33.891.441,52	51,13%	66.287.970,00	33.494.910,22	50,51%
2010	58.621.080,00	53.483.967,85	28.034.980,85	47,82%	58.621.080,00	27.398.237,89	46,74%
2010 ⁽¹⁾	61.181.080,00				61.181.080,00		
2009	46.743.320,00	45.176.862,90	29.089.166,20	62,2%	46.743.320,00	29.856.984,74	63,9%
2009 ⁽¹⁾	57.631.136,00				57.631.136,00		
2008	40.800.602,00	35.116.056,10	22.974.671,38	56,3%	40.800.602,00	22.970.251,10	56,3%
2007	39.277.213,54	34.820.685,91	23.274.503,05	59,3%	45.308.598,54	29.324.859,71	64,7%
2006	47.852.989,00	37.333.224,70	24.316.774,04	50,8%	47.852.989,00	23.414.532,66	48,9%
2005	53.263.258,00	40.290.347,06	24.985.790,57	46,9%	53.263.258,00	23.959.830,42	45,0%

⁽¹⁾ Orçamento

Ao longo dos anos representados no quadro acima, o grau de execução orçamental oscila entre 45% e 63%. -----

O montante total das receitas e das despesas apresenta uma tendência decrescente que vem já de 2005.-----

Os valores orçamentados para as receitas quase duplicam sistematicamente os montantes executados. -----

Anos	Despesas Correntes				Receitas Correntes		
	Orçamento	Compromissos assumidos	Execução	Execução %	Orçamento	Execução	Execução %
2011	26.113.148,00	26.965.926,22	18.204.470,95	64,10%	29.852.948,00	19.969.369,19	64,28%
2010	27.551.647,00	23.489.555,85	17.402.599,21	63,16%	20.301.506,00	19.351.780,41	66,25%
2010 ⁽¹⁾	27.982.427,00				32.697.560,00		
2009	22.555.869,00	22.250.565,36	18.078.128,43	80,1%	20.301.506,00	17.7533.356,87	87,4%
2009 ⁽¹⁾	24.406.902,00				30.892.034,00		
2008	20.721.999,00	19.899.401,00	15.926.077,78	76,9%	24.923.961,80	18.405.578,35	73,8%
2007	18.887.608,75	17.233.722,86	14.496.539,17	76,8%	30.189.204,00	22.996.430,93	76,2%
2006	17.926.970,71	16.033.395,96	14.016.012,87	78,2%	26.401.599,00	15.336.106,69	58,1%
2005	17.104.336,09	15.843.445,00	13.846.704,62	81,0%	24.386.610,00	15.658.090,45	64,2%

Anos	Despesas de Capital				Receitas de Capital		
	Orçamento	Compromissos assumidos	Execução	Execução %	Orçamento	Execução	Execução %
2011	40.174.822,00	27.924.505,27	15.686.970,57	41,40%	36.435.022,00	14.989.892,99	39,24%
2010	31.069.433,00	29.994.412,00	10.632.381,34	34,22%	29.409.031,00	8.046.457,48	27,36%
2010 ⁽¹⁾	33.198.653,00				28.483.520,00		
2009	24.187.451,00	22.926.297,04	11.011.037,77	45,5%	26.441.814,00	12.103.627,87	45,7%
2009 ⁽¹⁾	33.224.234,00				26.739.102,00		
2008	20.078.603,00	15.216.655,10	7.048.593,60	35,1%	15.876.640,20	4.564.672,75	28,8%
2007	20.389.604,79	17.586.963,05	8.777.963,88	43,1%	15.119.394,54	6.328.428,78	41,9%
2006	29.926.018,29	21.299.828,74	10.300.761,17	34,4%	21.451.390,00	8.078.425,97	37,7%
2005	36.158.921,91	24.446.902,96	11.139.085,95	30,8%	28.876.648,00	8.301.739,97	28,7%

⁽¹⁾ Orçamento

As despesas correntes apresentam um crescimento constante ao longo dos anos, apesar da tendência ligeiramente decrescente das receitas e um grau de execução entre os 63% e os 81% dos valores orçamentados. Os compromissos assumidos estão em linha com as despesas realizadas. -----

Das receitas correntes a maior fatia 9.345.814,85€ (9.897.314,71€ em 2010, 8.178.923,75€ em 2009) provém das transferências do OE (FEF, FSM e Participação fixa no IRS), a que se segue a provinda de impostos, taxas, multas e outras penalidades 5.284.166,78€ (5.507.767,30€ em 2010 e 5.445.330,90€ em 2009). Em ambas existe um menor valor recebido (551.499,86€ e 223.600,52€ respectivamente). -----

No que respeita às receitas de capital, o baixo grau de execução tem sido acentuado e o decréscimo, nos últimos anos é notório. Da receita orçamentada de 36.435.022,00€ (29.409.031€ em 2010) cobraram-se apenas **14.295.475,13€** (8.046.457,48€ em 2010) com uma taxa de execução de **39,24%** (27,36% em 2010, 40,45% em 2009) - o que tem de se sublinhar. -----

A execução orçamental da despesa tem um desempenho ao nível do da receita, nomeadamente no que respeita às despesas de capital: -----

- Orçamento	37.889.796,00€	- em 2010 -	31.069.451,00€
- Despesas pagas	15.686.970,57€	- em 2010 -	10.632.381,34€
- Compromissos assumidos	27.924.505,27€	- em 2010 -	29.994.412,00€

Assim, a maioria PSD/PS assumiu compromissos num montante 1,95 vezes (3,73 vezes em 2010 e 1,89 vezes em 2009) superior às receitas de capital arrecadadas 14.295.473,13€ (8.046.457,48€ em 2010 e 12.103.627,87€ em 2009).-----

O nível dos compromissos assumidos em cada ano é sempre substancialmente superior, até mais que triplicando. -----

A transformação gradual, ao longo de cada ano, dos compromissos em débitos efectivos aos Fornecedores gera um inevitável aumento do Passivo Exigível e das dificuldades de tesouraria. -----

As justificações sobre os desvios entre as receitas arrecadadas e as orçamentadas são muito incipientes e referem-se a uma parte pouco significativa. -----

Em boa verdade, a execução orçamental da receita é, mais uma vez, desastrosa. -----

Esta deliberada política de planeamento e gestão orçamental não tem qualquer sentido, desacredita o Município e ofende os cidadãos. -----

Já no limiar do “**investimento nulo**”, a execução das despesas capital apresenta uma tendência decrescente muito acentuada (menos de metade da execução de 2003) e preocupante. -----

ANO 2011								
Situação dos contratos	Pagamentos na gerência				Pagamentos acumulados			
	Trabalhos normais	Trabalhos a mais	Revisão preços	Total	Trabalhos normais	Trabalhos a mais	Revisão preços	Total
Aquisição de bens	762,2	0,0	0,0	762,2	1.958,9	0,0	0,0	1.958,9
Empreitadas de obras públicas	10.942,3	38,3	21,5	10.984,2	16.074,1	74,8	21,5	16.170,4
Locação financeira	245,4	0,0	0,0	245,4	752,9	0,0	0,0	752,9
Prestação de serviços	999,1	0,0	0,0	999,1	1.99,4	0,0	0,0	1.999,4
Total geral	12.931,0	38,3	21,5	6.396,6	20.785,4	74,8	21,5	20.881,7

ANO 2010								
Situação dos contratos	Pagamentos na gerência				Pagamentos acumulados			
	Trabalhos normais	Trabalhos a mais	Revisão preços	Total	Trabalhos normais	Trabalhos a mais	Revisão preços	Total
Aquisição de bens	602,9	0,0	52,1	655,0	1.792,3	0,0	52,1	1.844,4
Empreitadas de obras públicas	4.956,0	36,4	1,5	4.933,9	6.192,7	36,4	1,5	6.230,6
Locação financeira	321,2	0,0	0,0	321,2	696,1	0,0	0,0	696,1
Prestação de serviços	426,5	0,0	0,0	426,5	1.798,0	0,0	0,0	1.798,0
Total geral	6.306,6	36,4	53,6	6.396,6	10.479,2	36,4	56,6	11.569,1

No caso das empreitadas de obras públicas, a lista detalhada dos contratos, que consta do Documento de Prestação de Contas de 2011, apresenta, repetidamente, vários contratos de

trabalhos a mais e de revisão de preços, o que implica que o montante das despesas é sempre muito superior ao dos compromissos iniciais.-----

Passivo do Município de Tomar

Curto prazo	31-12-2011	31-12-2010	31-12-2009	31-12-2008	31-12-2007
<u>Dívidas a terceiros</u>					
Fornecedores c/c	4.083.675	2.754.585	1.620.559	3.329.356	3.040.016
Fornecedores - fact. em conferência	3.319.974	67.603	12.027	0	0
Fornecedores Imobilizado c/c	3.861.434	6.319.537	2.356.018	3.734.730	4.068.386
Fornec.Imob. C/C Fact.Rec.	4.594.775	10.818	-	-	-
Estado e outros entes públicos	179.156	176.344	142.709	145.222	123.664
Administração Autárquica	200	200	200	200	200
Outros Credores	61.035	94.173	86.374	88.953	152.715
	16.340.927	9.462.073	4.217.887	7.298.460	7.384.981
<u>Acréscimos e diferimentos</u>					
Acréscimos de custos	871.536	1.240.396	1.006.532	1.150.212	1.018.378
Subtotal Curto Prazo	17.212.463	10.702.469	5.224.419	8.448.672	8.403.359
Médio e longo prazo					
<u>Dívidas a terceiros</u>					
Empréstimos	22.345.568	23.253.562	24.882.970	20.624.758	21.779.105
Fornecedores Imobilizado	0	0	0	0	0
Subtotal Médio e Longo Prazo	22.345.568	23.253.562	24.882.970	20.624.758	21.779.105
Passivo exigível	39.558.031	33.956.031	30.107.389	29.073.430	30.182.464
<u>Acréscimos e diferimentos</u>					
Proveitos diferidos (não exigível)	33.336.138	24.438.567	22.169.385	21.425.067	21.801.358
Passivo total	74.934.356	58.394.599	52.276.774	50.498.497	51.983.822

O Passivo Exigível em 31 de Dezembro de 2011 aumentou 11,65% comparativamente ao ano de 2010 e este 12,48% em relação a 2009. -----

Por outro lado, a diferença entre o valor total dos contratos não está ainda reflectida na totalidade no balanço, pelo que o Passivo Exigível a Curto Prazo poderá crescer de forma significativa ao longo de 2012. -----

Quanto aos **Empréstimos** o serviço da dívida no montante de 2.671.747,55€ (2.810.584,17€ em 2010, 2.731 mil euros em 2009 e 2.592 mil euros em 2008) representou 7,9% do total das

despesas pagas de 33.891.441,52€ (10,03% de 28.034.980,65€ em 2010, 9,1 % de 29.923 mil euros em 2009, 11,3% de 22.974,7 mil euros em 2008 e 10,4% em 2007). -----

No início de 2011 a dívida do Município à banca (empréstimos m/l prazo) era de 23.253.562,35€ (24.882.970€ em 2010 e 20.624.758€ em 2009), durante o ano foram libertadas verbas de empréstimos de m/l prazo já autorizados num total de 1.518.186€ e foram pagos juros no montante de 371.068,41€ e pagas amortizações no montante de 2.426.180,30€ (2.524.766,91€ em 2010 e 2.079.500€ em 2009). Assim a dívida em 31 de Dezembro de 2011 era de 22.345.568,05€, ou seja, sofreu um ligeiro decréscimo de **907.994,30€ - 3,9%** (1.629.408€ - 6,5% em 2010).-----

No que concerne à dívida a curto prazo ascendia a **16.340.927,00€** (9.462.073,04€ em 2010, 4.217.888,20€ em 2009), sofreu um aumento muito substancial de **6.878.854,00€** (5.244.184,84€ em 2010). A dívida a terceiros aumentou em 282.734,31€ (8,2%).-----

Assim o endividamento total é de 38.686.495,00€ (32.715.635,39€ em 2010 e 29.100.858€ em 2009), bem superior em **6.152.859,61€** ao de 2010, numa espiral de crescimento negativo preocupante!-----

Nos “FACTOS RELEVANTES VERIFICADOS APÓS O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO” (pág. 397) é referido que: -----

“Não estão refletidos nas contas da autarquia os efeitos decorrentes da liquidação da empresa Tomar Polis, SA, cuja liquidação se encontra em fase de ultimate. Estima-se que a totalidade dos ativos e passivos daquela sociedade se venham a integrar no património municipal, sem prejuízo da imputação ao Estado (detentor de uma participação de 60% da sociedade) da proporção dos prejuízos apurados. -----

Não nos foi possível apurar os efeitos que tal integração terá nas contas do Município, atendendo a que apenas se encontram apresentadas as contas referentes ao ano de 2009 daquela sociedade.” (sic). -----

Pelo manifesto interesse transcrevemos a pág. 400 da Prestação de Contas:-----

“NOTA FINAL -----

O relatório de gestão do ano de 2011, reflete o resultado do trabalho desenvolvido nos últimos anos em Tomar procurando o desenvolvimento e progresso do concelho e a consequente melhoria da qualidade de vida dos tomarenses, bem como a criação de condições de atractividade para os inúmeros visitantes e investidores.-----

Têm sido significativas e substanciais melhorias, resultantes de obras que se conceberam, projectaram, lançaram e concluíram no âmbito duma estratégia de médio e longo prazo, apesar das múltiplas e acrescidas dificuldades.-----

No período de 1998–2011, a Câmara Municipal aproveitando os Fundos Comunitários, empreendeu um esforço relevante na qualificação e na dotação de equipamentos públicos nos domínios da educação, do desporto, da cultura e do apoio social, suprimindo défices de oferta e criando novos elementos urbanos marcantes que enriqueceram o património construído de Tomar. Foram também criados novos espaços de acolhimento de actividades económicas, melhoradas as acessibilidades urbanas e municipais, construídas infra-estruturas de água e saneamento e incrementados os níveis de atendimento dos serviços básicos.-----

Uma gestão eficaz e eficiente dos recursos permitiu-nos realizar investimentos decisivos para a qualidade de vida e bem-estar não só das actuais gerações mas também das futuras. -----

Acessibilidades, Parques de Estacionamento, Saneamento Básico, Abastecimento de Água, Recolha de Resíduos Sólidos, Arranjos Exteriores, Cultura, Desporto, Educação, Área Social, Protecção Civil, entre outras, são áreas onde realizámos, e continuamos a realizar, investimentos fundamentais para o desenvolvimento harmonioso, o progresso sustentável e a coesão do Concelho.” (sic).-----

EM CONCLUSÃO: -----

Constatamos que o ano de 2011 foi um ano de investimento quase nulo (inferior até ao ano de 1998), sem que esta quebra, resultante da falta de iniciativa e da capacidade de investimento, tenha tido reflexos **positivos** na situação financeira do Município. -----

Muito antes pelo contrário deparámos até que, a aprovação pela maioria PSD/PS em finais de 2009 de dois vultuosos empréstimos de quatro milhões e duzentos mil euros, teve reflexos negativos nas contas de 2010 e irá ter nas dos anos seguintes, com as amortizações de capital e juros para pagamento de dívidas aos fornecedores. -----

Os Vereadores Independentes *por* Tomar têm tecido fundadas críticas a esta estratégia sem rumo e sem futuro e, uma vez mais, tem toda a actualidade transcrever um trecho da declaração de voto que apresentámos em 15 de Abril de 2008:-----

“Voltamos a sublinhar que as Receitas de Capital vêm decrecendo nos últimos cinco anos aproximando-se dos níveis do início da década, o que demonstra as dificuldades próprias do Município em gerar receita. -----

Salientamos que, sendo o ano de 2007 aquele em que se arrecadou a maior receita de Impostos Directos dos últimos dez anos, é também aquele em que o valor da Derrama arrecadado é o mais baixo dos últimos dez anos, o que claramente revela as grandes dificuldades por que passa o tecido económico do Concelho. -----

Torna-se evidente que assumir compromissos quase três vezes superiores à receita arrecadada gera, no imediato, dificuldades de tesouraria e compromete o investimento futuro.-----

Ressalta ainda claramente da análise aos Documentos de gestão em apreço, que a derrapagem, ou seja, efectuar despesa sem a devida contrapartida em termos de receita, foi a prática seguida essencialmente no ano de 2005 – ou não tivesse sido ano de eleições – e essas “facturas” pagam-se. -----

Assim, os Vereadores Independentes por Tomar reiteram o seu desacordo com grande parte das opções que vêm sendo tomadas, as quais originam avultadas despesas com a realização de obras desnecessárias e/ou desadequadas, conforme foi o caso das obras da dita requalificação do Pavilhão, do Estádio e do Mouchão, que custaram aproximadamente **vinte milhões de euros** e que, desta forma, implicam o assumir de encargos que vão endividando seriamente o Município. -- No decurso de 2007 alertámos por diversas vezes para o caminho errado que a maioria PSD trilhava e manifestámos claramente outras opções que se deveriam ter seguido, nomeadamente noutras acções que como mero exemplo voltamos a referir. -----

Não se investiu, como se devia ter feito, na iluminação pública de alguns lugares das nossas Freguesias, que bem carenciados estavam, pois só recentemente e na sequência de uma proposta dos Vereadores Independentes por Tomar, se celebrou finalmente o protocolo com a EDP e se deu início à remodelação da rede eléctrica do Concelho. -----

Teimosamente a maioria PSD manteve o Mercado Municipal completamente ao abandono, pondo mesmo em causa o seu funcionamento, num desrespeito por comerciantes e utentes.-----

Com esta desastrosa política a maioria PSD teve a ousadia e a falta de senso de, a meio do ano, frustrar as legítimas expectativas das associações culturais e desportivas do Concelho, cortando-lhe abruptamente parte substancial (50%) do apoio habitualmente concedido.-----

Continua-se a recorrer, cada vez mais, a entidades externas para a execução de obras e acções, em detrimento da administração directa, desvalorizando os recursos humanos concelhios e transferindo para fora do Concelho os escassos recursos financeiros do erário municipal. -----

Inúmeras têm sido as opções erradas, tais como as obras do “faz, desfaz e volta a fazer”, ou as realizadas desnecessariamente, bem como aquelas que mereceram reparo de órgãos fiscalizadores externos ao Município. -----

Perante este quadro, e face à diminuição da receita e dificuldades de tesouraria, continuamos a afirmar convictamente que se torna imprescindível alterar o rumo com novas opções, que permitam a dinamização económica, turístico-cultural do Concelho, com uma especial atenção à área social, para que, face às novas oportunidades que se abrem com o QREN, se invista com uma estratégia e objectivos adequados ao desenvolvimento do Concelho. -----

Infelizmente não tem sido esta a linha de rumo da maioria PSD e, por isso, Tomar caminha para o abismo através de decisões e opções erradas, as quais advém da teimosia e do autismo, que tem sido a prática corrente da maioria. -----

*Pelas razões expostas e sem pôr em causa a conformidade formal do Documento com o POCAL ou a sua elaboração técnica, os Vereadores Independentes por Tomar, votam **CONTRA**.” -----*

Os Vereadores Independentes por Tomar continuam a afirmar que é errado exportar para fora do Concelho recursos financeiros com a contratação de empresas para a realização de obras e serviços, em detrimento, quer dos recursos municipais, quer ainda do potencial empresarial e humano existente no Concelho. Tal política não se ajusta à necessidade de combater a crise do desemprego existente no Concelho e delapida o, cada vez mais, exíguo potencial financeiro gerado no Concelho. -----

Aliás, esta afronta é tão mais grave quando a maioria PSD no seu Relatório de Gestão, a dado passo, se permite voltar a afirmar o seguinte: -----

“Beneficiando de uma posição geoestratégica vantajosa, Tomar desempenhou durante largo tempo um papel relevante na estruturação urbana do território nacional, evidenciado pela sua dinâmica cultural, económica e social. Todavia os impactes dos processos de reestruturação produtiva enfrentados pelo país nas décadas de 70 e 80 e a reconfiguração da rede de acessibilidades estruturante do território nacional, durante os anos 90, memorizaram o seu protagonismo funcional. Em resposta a esta situação desenvolveram-se um conjunto de projectos

e investimentos, com destaque para o novo Hospital, para o Instituto Politécnico e para intervenções de requalificação urbana. Estes projectos contribuíram para a rápida e profunda transformação produtiva de Tomar , caracterizada pela passagem de um modelo económico suportado na indústria transformadora, para uma nova economia urbana de comércio, serviços públicos e turismo. -----

Consolidada esta transformação, Tomar é hoje uma cidade em afirmação, recuperando protagonismo social, cultural, económico e urbanístico, colocando-se numa posição privilegiada de cidade prestadora de serviços para uma vasta área do Centro de Portugal” (sic). (pág. 219). ---

Se a análise de um ponto de vista meramente histórico está, de certa forma, correcta e o destaque que é dado à construção do Instituto politécnico e do novo Hospital, que ocorreram no final das décadas de 80 e início da de 90 respectivamente, se justifica sempre, já a ideia de “oásis”, que a maioria PSD/PS pontifica no 2º parágrafo do trecho acima transcrito, é completamente desajustada à realidade em que vivemos e para a qual tão negativamente a maioria PSD (neste exercício coligada com o PS) tem contribuído nestes últimos anos do seu governo. -----

Nem a referida “rápida e profunda transformação produtiva de Tomar, caracterizada pela passagem do modelo económico suportado na indústria transformadora, para uma nova economia urbana de comércio, serviços públicos e turismo” se consolidou, bastando para o efeito verificar a situação difícil em que se encontra o nosso comércio e a ausência de estratégia para o turismo; nem “Tomar é hoje uma sociedade em afirmação recuperando protagonismo social, cultural e urbanístico”, muito antes pelo contrário, pois a situação social e económica é grave e preocupante. -----

É um deslance vir, no actual contexto, produzir este tipo de afirmações totalmente desajustadas. --- Acresce que, todos os indicadores de crescimento e de desenvolvimento, que resultam da análise efectuada à Prestação de Contas referente ao ano de 2011, revelam a situação difícil e preocupante em que se encontra o Município, com realce para o mais fraco investimento da última década (**menor investimento por população residente, por área do Município -km2-**), que contrasta com os **valores mais elevados de despesas correntes, de dívida e de encargos financeiros por população residente** também na última década, com o consequente aumento das despesas correntes e a diminuição da capacidade de investimento. -----

Temos de reafirmar que esta política sem rumo e sem futuro lança Tomar no abismo! -----

Pelas razões expostas e sem pôr em causa a conformidade formal do Documento com o POCAL ou a sua elaboração técnica, os Vereadores Independentes por Tomar, votam **CONTRA.**-----

Os Senhores Vereadores Luis José da Silva Ferreira e Anabela Rosa de Almeida Estanqueiro ditaram a seguinte declaração de voto: “O orçamento de base a que se refere esta prestação de contas, mereceu da parte do Partido Socialista em Dezembro de 2010, um voto de abstenção por considerar que haviam várias lacunas a assinalar, como por exemplo a falta de parecer prévio do Conselho Municipal de Juventude, obrigatório por Lei ou o cumprimento da deliberação da Assembleia Municipal para que esse orçamento tivesse, na proporção prevista na Lei, a participação individual dos cidadãos e da comunidade em geral, através do modelo de orçamento participativo. -----

Por outro lado, considerou e considera o PS, na sua atitude de responsabilidade e alternativa de governação, entender que grande parte do Orçamento estivesse comprometida por despesas fixas, como com os recursos humanos e outras despesas de funcionamento, bem como por candidaturas com financiamento comunitário, advindos de mandatos anteriores e o serviço da dívida daí resultante, à qual foi preciso dar cumprimento. -----

Ainda assim, na pequena fatia em que foi possível em 2011 tomar opções, manteve-se a mesma linha de actuação, a que a minoria PSD nos foi habituando nos últimos 15 anos. -----

Houve, ainda assim e apesar disso, num ano de efectiva redução de receitas, o esforço realizado para a manutenção das transferências e verbas protocoladas com as Juntas de Freguesia e a introdução de novos projectos como sejam a Ponte do Prado, a Loja Social e a Loja do Cidadão, propostas desde há alguns anos pelo PS.-----

Infelizmente para os Munícipes, a execução do orçamento que esta prestação de contas espelha, apesar dos constantes e vários avisos por parte dos autarcas do PS, na Câmara e Assembleia Municipal, não só não avançou com a protocolização de verbas para as Juntas de Freguesia, só este ano em vias de concretização, como não concretizou um único dos projectos introduzidos no respectivo orçamento, fruto da pressão do PS. Assim, o projecto para a nova Ponte do Prado, a Loja Social e a Loja do Cidadão, não viram em 2011 a “luz do dia”, além de que um sem número de obras se manteve por concretizar apesar de constantes no Orçamento de 2011 e respectivo Plano Plurianual de Investimentos, como e só a título de exemplo o arranjo da Estrada Municipal

526 entre a Ponte do Prado e o limite do Concelho, a qual além de constar do Plano plurianual de investimentos (PPI) de vários anos, tem deliberação camarária par execução, desde 2004! -----

Por outro lado, há vários objectivos não concretizados que nunca nos seriam fáceis de aceitar, como exemplo a não assunção clara da resolução definitiva da questão do Mercado Municipal, ou opções sobre as quais o PS sempre teve muitas dúvidas. Estão nesse rol, onerosas apostas de curto e médio prazo sem objectivos e resultados económicos previsíveis bem definidos, como é por exemplo o caso do projecto museológico dos Lagares D’El Rei e Levada, com um impacto orçamental relevante, bem como a famigerada assunção unilateral do acordo gravemente oneroso para o Município, em mais de 6,5 milhões de euros, com a ParqueT, executado durante 2011. -----

A total ausência, em 2011, da concretização de projectos de dinamização do empreendedorismo, das microempresas e do microcrédito, constante do respetivo orçamento, bem como a concretização das áreas de localização empresarial de Vale dos Ovos, Nó da Asseiceira e do Alto Pintado, que valorizassem a fixação de empresas, com a consequente criação de emprego, o principal problema dos Tomarenses e absolutamente crucial para a nossa viabilidade futura, só podem merecer o nosso mais gritante repúdio, pela sua não concretização.-----

Apesar disto, lembra o PS o seu envolvimento na partilha da gestão do município, na estrita medida das responsabilidades que estiveram delegadas nos seus vereadores, a qual não anula a avaliação globalmente negativa, que faz do decurso do caminho que o Município trilhou, no qual naturalmente não se revê, nem aceita qualquer responsabilidade pelas suas consequências, assumindo-se hoje, como ontem, parte da solução para o futuro do Município, assumindo na íntegra as suas responsabilidades na gestão corrente das áreas que estiveram sob sua tutela. -----

Assim, resulta clara a nossa posição contrária à aprovação deste documento.”-----

O Senhor Presidente da Câmara, Carlos Manuel de Oliveira Carrão e os Senhores Vereadores Maria do Rosário Cardoso Simões e José Manuel Farinha Perfeito ditaram a seguinte declaração de voto: “Não podemos deixar de manifestar a nossa surpresa pelo absurdo da votação contra do P.S. Mesmo a abstenção já seria estranha! Mas em política, parece que já tudo pode acontecer. Estávamos longe, no entanto, de imaginar que o P.S. votaria contra as suas próprias contas. -----

Estas contas são do ano 2011 em que o P.S. teve responsabilidade de gestão em coligação com o P.S.D.-----

O voto contra num Orçamento ainda pode entender-se por uma questão de opções, mas as Contas não podem ser outras, porque refletem a realidade da gestão do Município.-----

Num contexto de dificuldades, de crise, parece que, para alguns a política partidária fala mais alto.

A população do Concelho retirará, certamente, as ilações deste tipo de comportamentos. Nós continuaremos empenhados em resolver os problemas do concelho.” -----

DELIBERAÇÃO TOMADA EM MINUTA.-----

APRECIÇÃO DE PROCESSOS DO DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS: -----

MARCAÇÃO DE PASSADEIRA PARA PEÕES NA EM 531-1 NA FONTE DE D. JOÃO - JUNCEIRA -----

Foi presente a informação nº 198/2012 do DOM submetendo à apreciação do Executivo Municipal, por proposta da Junta de Freguesia de Junceira, a pintura de uma passadeira e respetiva sinalização vertical, no local indicado na planta anexa sito na Fonte de D. João - Junceira.-----

A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a proposta de sinalização apresentada, incluindo a pintura de passadeira, nos termos da informação e planta junta supra referidas, que homologa.-----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

DELIBERAÇÃO TOMADA EM MINUTA.-----

PEDIDO DE CRIAÇÃO DE DOIS LUGARES DE ESTACIONAMENTO NA RUA DE S. JOÃO BAPTISTA -----

Foi presente a informação nº 135/12 do DOM relativa ao pedido de criação de dois lugares de estacionamento na Rua de S. João Baptista requerido pelo Pároco de Tomar, com despacho do Sr. Presidente de 17/03/2012 submetendo à consideração do Executivo a aprovação da criação de um lugar de estacionamento reservado à “Paróquia de Tomar”. -----

A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a criação de um lugar de estacionamento reservado à “Paróquia de Tomar”. -----

Mais deliberou a Câmara remeter o processo ao DOM para análise do local mais apropriado ao referido lugar de estacionamento. -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

DELIBERAÇÃO TOMADA EM MINUTA.-----

CÁLCULO DOS ENCARGOS COM EQUIPAMENTO NO ANO DE 2012 PARA IMPUTAR ÀS OBRAS POR ADMINISTRAÇÃO DIRETA -----

Foi presente a informação nº 241/12 do DOM submetendo à apreciação do Executivo Municipal a aprovação da atualização do cálculo dos encargos com equipamentos, para efeitos da determinação do seu custo horário, a imputar às obras a realizar por administração direta, no ano de 2012. -----

A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a atualização dos diferentes encargos com equipamentos, a vigorar para o corrente ano de 2012, conforme proposto.-----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

DELIBERAÇÃO TOMADA EM MINUTA.-----

CÁLCULO DOS ENCARGOS COM O PESSOAL NO ANO DE 2012 PARA IMPUTAR ÀS OBRAS POR ADMINISTRAÇÃO DIRETA -----

Foi presente a informação nº 248/12 do DOM submetendo à apreciação do Executivo Municipal a aprovação do custo hora com mão-de-obra, a imputar às obras a realizar por administração direta no ano de 2012. -----

A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar os valores referentes ao custo hora de mão-de-obra a aplicar no ano de 2012 a obras a executar por administração direta, conforme informação supra, que homologa.-----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

DELIBERAÇÃO TOMADA EM MINUTA.-----

EMPREITADA DE LEVANTAMENTO E ASSENTAMENTO DE TAMPAS DE SANEAMENTO BÁSICO – Receção provisória-----

Foi presente a informação nº 235/2012 do DOM submetendo à apreciação do Executivo Camarário o auto de vistoria para receção provisória da Empreitada de Levantamento e Assentamento de Tampas de Saneamento Básico cuja execução esteve a cargo da empresa LUSOSICÓ – Construções, Lda.-----

Submetem ainda à consideração do Executivo Camarário a aplicação de uma sanção pecuniária ao empreiteiro, no valor total de 439,56 €, pelo atraso de 44 dias na conclusão dos trabalhos. -----

A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou homologar o auto de vistoria apresentado e, em consequência, receber provisoriamente a obra de empreitada supra referida. -----

Mais deliberou a Câmara, aplicar a sanção ao empreiteiro tendo em conta o atraso verificado da exclusiva responsabilidade do mesmo.-----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

DELIBERAÇÃO TOMADA EM MINUTA.-----

Relativamente ao assunto anterior o Sr. Vereador Pedro Marques requereu informações relativamente ao âmbito de intervenção da empreitada, nomeadamente em que ruas, lugares e estradas a mesma intervêm.-----

PEDIDO DE CRIAÇÃO DE ESTACIONAMENTO PARA CARGAS E DESCARGAS E PARA PESSOAS COM MOBILIDADE CONDICIONADA -----

Foi presente a informação nº 263/2012 do DOM relativa ao pedido de criação de um lugar de estacionamento para cargas e descargas e de um lugar de estacionamento para pessoas com mobilidade condicionada, na Rua Diogo de Arruda, apresentado por Gonçalo Espírito Santo Primo. -----

A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a informação supra referida, deliberou não aprovar a criação do lugar de estacionamento para cargas e descargas, pelas razões apresentadas no informação 1072/2008 do DOM, que homologa. -----

Mais deliberou a Câmara aprovar a criação de um lugar de estacionamento para pessoas com mobilidade condicionada, na Rua Diogo de Arruda, mandando aplicar o sinal H1a - estacionamento autorizado, com a aplicação de um adicional modelo 11d (símbolo internacional de acessibilidade) e um adicional modelo 10b com a inscrição “1 lugar”, conforme planta anexa.-----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

DELIBERAÇÃO TOMADA EM MINUTA.-----

O assunto constante do ponto 4.7. da Ordem do Dia foi retirado.-----

PROPOSTA DE SINALIZAÇÃO PARA O LOGRADOURO NAS TRASEIRAS DA RUA DIOGO DE ARRUDA E ACESSOS-----

Foi presente a informação nº 303/2012 do DOM submetendo à apreciação do Executivo Municipal a aprovação de uma proposta de sinalização a colocar no logradouro nas traseiras da Rua Diogo de Arruda e respetivos acessos, na sequência da reclamação apresentada pelo Sr. João Manuel Sousa. -

A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a proposta de sinalização constante da informação retro mencionada, que se homologa, a executar nos termos da planta anexa. -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

DELIBERAÇÃO TOMADA EM MINUTA.-----

ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS A COBRAR PELA REPOSIÇÃO DE PAVIMENTOS EXECUTADA PELO DOM-----

Foram presentes as informações nºs 175/2012 e 257/2012 do Departamento de Obras Municipais, submetendo à consideração do Executivo Municipal a atualização dos preços cobrados pelo Município pelos trabalhos de reposição de pavimentos no âmbito de obras executadas por outras entidades que intervêm na via pública, para instalação ou reparação de infraestruturas. -----

A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a atualização dos preços referidos, conforme informações supra referidas, que homologa. -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

DELIBERAÇÃO TOMADA EM MINUTA.-----

RELATÓRIO DE DESPESA DO ANO DE 2011-----

Foi presente a informação nº 292/2012 do Departamento de Obras Municipais a remeter o relatório da despesa com as obras realizadas por administração direta e com as aquisições de bens e serviços no ano de 2011. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

EMPREITADA DE ARRANJO URBANÍSTICO DA ENVOLVENTE AO CONVENTO DE CRISTO – Alteração ao projeto, junto ao Alambor-----

Foi presente a informação nº 286/2012 do Departamento de Obras Municipais submetendo à apreciação do Executivo Municipal a aprovação de uma proposta de alteração ao projeto da Empreitada de Arranjo Urbanístico da Envolvente ao Convento de Cristo, na zona do Alambor, pelas razões que referem.-----

A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou solicitar aos Serviços informação sobre alternativas à construção do muro em betão e custos respectivos, analisando ainda a eventual reposição das pedras retiradas.-----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

DELIBERAÇÃO TOMADA EM MINUTA.-----

EMPREITADA DE ARRANJO URBANÍSTICO DA ENVOLVENTE AO CONVENTO DE CRISTO – Libertação de garantia bancária-----

Foi presente a informação nº 273/2012 do Departamento de Obras Municipais referente ao pedido de libertação da garantia bancária apresentada pela empresa Aurélio Martins Sobreiro & Filhos, S.A., no âmbito da Empreitada de Arranjo Urbanístico da Envolvente ao Convento de Cristo. -----

A Câmara, tudo visto e analisado, e face ao teor da informação retro mencionada, que homologou, deliberou mandar libertar a garantia bancária nº 2504.000690.693 sobre a CGD, apresentada pela empresa Aurélio Martins Sobreiro & Filhos, S.A., no âmbito da referida empreitada. -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

DELIBERAÇÃO TOMADA EM MINUTA.-----

EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO DA E. N. 110 – TROÇO ENTRE A PRACETA DE SANTO ANDRÉ E A AV. MARIA LOURDES E CASTRO – Revisões de preços provisórias-----

Foi presente a informação nº 279/2012 do Departamento de Obras Municipais submetendo à apreciação do Executivo Municipal a aprovação do cálculo das revisões de preços provisórias, referente à empreitada mencionada em epígrafe. -----

A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar o cálculo das Revisões de Preços Provisórias apresentadas para a referida empreitada, conforme informação supra, que homologou, e que importam no montante de 43.194,46 euros (quarenta e três mil cento e noventa e quatro euros e quarenta e seis cêntimos) relativamente a Reparação de Estradas e de 5.898,71 euros (cinco mil oitocentos e noventa e oito euros e setenta e um cêntimos) relativamente a instalações elétricas, ambas acrescidas do IVA à taxa legal em vigor.-----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

DELIBERAÇÃO TOMADA EM MINUTA.-----

EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO DA E. N. 110 – TROÇO ENTRE A PRACETA DE SANTO ANDRÉ E A AV. MARIA LOURDES E CASTRO – Conta da empreitada -----

Foi presente a informação nº 280/2012 do DOM submetendo à apreciação do Executivo Municipal a aprovação da Conta da Empreitada de Requalificação da E. N. 110 – Troço entre a Praceta de Santo André e a Av. Maria Lourdes Mello e Castro. -----

A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou: -----

1 - Aprovar a conta da empreitada acima referida no valor de 1.388.759,36€ (um milhão trezentos e oitenta e oito mil setecentos e cinquenta e nove euros e trinta e seis cêntimos), acrescido do IVA à taxa legal em vigor (inclui revisão de preços provisória por ainda não terem saído os índices).-----

2 - Notificar a empresa LUSOSICÓ - Construções, Lda., da conta da empreitada ora aprovada, através de carta registada com aviso de receção, concedendo o prazo de 15 dias para assinar ou deduzir reclamação fundamentada, nos termos e para os efeitos da legislação aplicável.-----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

DELIBERAÇÃO TOMADA EM MINUTA.-----

Nesta altura da reunião e sendo treze horas, o Senhor Presidente interrompeu os trabalhos, devendo os mesmos recomeçar pelas quinze horas. -----

Sendo quinze horas, estando presentes o Senhor Presidente, que conduziu os trabalhos e os Senhores Vereadores Anabela Estanqueiro, Pedro Alexandre Ramos Marques, Maria do Rosário Cardoso Simões, José Manuel Farinha Perfeito, Luís José da Silva Ferreira e Graça Maria Marques Costa recomeçaram os trabalhos da reunião.-----

INFORMAÇÕES, EXPEDIENTE E PROPOSTAS: -----

Informações da Divisão Financeira: -----

ENCERRAMENTO DA CONTA BANCÁRIA “CGD – ESPAÇO INTERNET -----

Foi presente a informação nº 58/2012 da Divisão Financeira submetendo à apreciação do Executivo Municipal, a aprovação do cancelamento da conta bancária relativa à candidatura “Espaço Internet – Tomar”, junto da Caixa Geral de Depósitos, pelas razões que apresentam. -----

A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou autorizar o cancelamento da conta bancária relativa à candidatura “Espaço Internet – Tomar” a libertação do respetivo saldo, nos termos da informação técnica, que homologa. -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

DELIBERAÇÃO TOMADA EM MINUTA.-----

INFORMAÇÃO FINANCEIRA PRESTADA, AO ABRIGO DE SOLICITAÇÃO MINISTERIAL-----

Foi presente a informação prestada à Inspeção Geral de Finanças relativa à situação financeira do Município, solicitada pelo Governo de Portugal. -----

A Câmara tomou conhecimento.-----

LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO -----

Foi presente a informação nº 60/2012 da Divisão Financeira a remeter ao Executivo Municipal, nos termos da alínea c) do nº 2 do Artº 17º da Lei nº 8/2012 de 21 de Fevereiro, as declarações relativas a todos os compromissos plurianuais e dos pagamentos e recebimentos em atraso existentes a 31 de Dezembro último. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

EXPROPRIAÇÃO POR UTILIDADE PÚBLICA COM CARÁCTER DE URGÊNCIA – PARCELA DO LOGRADOURO DA EB1/JI DA TORRE DA FREGUESIA DE CASAIS ----

Foi presente o ofício EXPI/EXP/PP/BD-C-008887/12 da EXPI, Expropriações do Pinhal Interior, ACE, a informar que, no âmbito da construção do IC3-Tomar/Avelar Sul, foi tomada a resolução de expropriar, por utilidade pública e com carácter de urgência, a parcela nº 18A, assinalada em planta anexa, com área de 16,00 m2, relativa ao prédio urbano registado na matriz sob o artigo nº 3191, da freguesia de Casais, pertencente ao Município.-----

Informam ainda que a referida parcela já foi sujeita a avaliação, pelo que apresentam uma proposta de aquisição, por expropriação amigável, no valor de € 80,00 (oitenta euros). -----

A Câmara, tudo visto e analisado e tendo em conta a informação nº 77/12-DF, deliberou remeter o processo ao Departamento de Obras Municipais para informar sobre a reposição da vedação e custos associados à intervenção. -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

DELIBERAÇÃO TOMADA EM MINUTA.-----

Informação da Divisão de Assuntos Jurídicos: -----

O assunto constante do ponto 5.2.1. da Ordem do Dia foi retirado. -----

Informações da Divisão de Desporto e Juventude: -----

CEDÊNCIA GRATUITA DOS BALNEÁRIOS DO PAVILHÃO MUNICIPAL CIDADE DE TOMAR-----

Foi presente a informação nº 53/2012 da Divisão de Desporto e Juventude relativa ao pedido de cedência gratuita dos balneários do Pavilhão Municipal Cidade de Tomar, ao Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, no dia 20 de maio, para a realização do 13º Prémio de Atletismo SBSI.----

A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar o Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas do pagamento do preço de utilização dos balneários do Pavilhão Municipal Cidade de Tomar, no dia

20 de maio, para a realização da referida atividade, que totaliza o montante de 20 €, por considerar a atividade de interesse municipal.-----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

DELIBERAÇÃO TOMADA EM MINUTA.-----

CEDÊNCIA GRATUITA DO PAVILHÃO MUNICIPAL CIDADE DE TOMAR -----

Foi presente a informação nº 67/2012 da Divisão de Desporto e Juventude relativa ao pedido de cedência gratuita da nave e do bar do Pavilhão Municipal Cidade de Tomar, à Sociedade Filarmónica Gualdim Pais, no dia 16 de março, para a realização do Campeonato Nacional de Tumbling e Duplo Trampolim. -----

A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar a Sociedade Filarmónica Gualdim Pais do pagamento do preço de utilização do Pavilhão Municipal Cidade de Tomar, no dia 16 de março, para a realização da referida atividade, que totaliza o montante de 263€, por considerar a atividade de interesse municipal.-----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

DELIBERAÇÃO TOMADA EM MINUTA.-----

PROPOSTA PARA INCLUIR DESCONTO PARA TITULARES DO CARTÃO JOVEM MUNICIPAL NA TABELA DE TAXAS DOS TRANSPORTES URBANOS DE TOMAR ----

Foi presente a informação nº 60/2012 da Divisão de Desporto submetendo à consideração do Executiva Municipal uma proposta para incluir um desconto para titulares do Cartão Jovem Municipal na tabela de preços dos Transportes Urbanos de Tomar, nos termos constantes da informação. -----

A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou remeter o processo ao Departamento de Obras Municipais para informar sobre o enquadramento no Regulamento em vigor e eventual impacto financeiro. -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

DELIBERAÇÃO TOMADA EM MINUTA.-----

Os assuntos constantes dos pontos 5.3.4 e 5.3.5. da Ordem do Dia foram retirados.-----

CEDÊNCIA GRATUITA DOS CAMPOS DE TÊNIS DO COMPLEXO DESPORTIVO MUNICIPAL DE TOMAR -----

Foi presente a informação nº 98/2012 da Divisão de Desporto e Juventude submetendo à apreciação do Executivo Municipal o pedido isenção de taxas pela cedência de 3 campos de ténis do Complexo Desportivo Municipal de Tomar, no p.p. dia 3 de abril, apresentado pelo Ténis Clube de Tomar, para a realização de uma atividade com o CIRE com o objetivo de incentivar a prática desportiva a pessoas portadores de deficiência.-----

A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar o Ténis Clube de Tomar do pagamento do preço pela utilização dos campos de ténis do Complexo Desportivo Municipal de Tomar, no p.p. dia 3 de abril, por considerar a atividade de interesse municipal. -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

DELIBERAÇÃO TOMADA EM MINUTA.-----

CEDÊNCIA GRATUITA DA PISTA DE ATLETISMO DO ESTÁDIO MUNICIPAL DE TOMAR-----

Foi presente a informação nº 82/2012 da Divisão de Desporto e Juventude submetendo à apreciação do Executivo Municipal o pedido de cedência gratuita da pista de atletismo e do Estádio Municipal, nos dias 17, 18 e 19 de abril e 8 de maio, apresentado pelo Presídio Militar, para a realização de teste Cooper por parte dos militares do referido estabelecimento. -----

A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar o Presídio Militar do pagamento do preço de utilização dos referidos espaços, nos dias indicados para a realização da referida atividade, que totaliza o montante de 80 €, por considerar a atividade de interesse municipal. -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

DELIBERAÇÃO TOMADA EM MINUTA.-----

CEDÊNCIA GRATUITA DA SALA DE FORMAÇÃO DO COMPLEXO DESPORTIVO MUNICIPAL DE TOMAR-----

Foi presente a informação nº 85/2012 da Divisão de Desporto e Juventude submetendo à apreciação do Executivo Municipal o pedido de cedência gratuita da Sala de Formação do Complexo Desportivo Municipal de Tomar, no dia 14 de abril, apresentado pela Associação de Parkinson de Santarém, para a realização de uma sessão pública de esclarecimento sobre a doença de Parkinson. -----

A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar a Associação de Parkinson de Santarém do pagamento do preço de utilização da Sala de Formação do Complexo Desportivo Municipal de

Tomar, no dia 14 de abril, para a realização da referida atividade, que totaliza o montante de 11 €, por considerar a atividade de interesse municipal. -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

DELIBERAÇÃO TOMADA EM MINUTA.-----

CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO DE EMBARCAÇÕES DE RECREIO NO RIO NABÃO

Foi presente a informação nº 44/2012 da Divisão de Desporto e Juventude submetendo à consideração do Executivo Municipal a abertura de procedimento para a concessão da exploração das embarcações de recreio no Rio Nabão, incluindo normas de exploração, bem como a designação do júri que procederá à realização de todas as operações inerentes ao procedimento e análise das propostas. -----

A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou: -----

1 – Aprovar a abertura do procedimento e as normas de exploração para a colocação de embarcações de recreio no Rio Nabão, conforme proposta, que homologa; -----

2 – Designar para o júri, que procederá à realização de todas as operações inerentes ao procedimento e análise das propostas, os seguintes elementos: -----

- Presidente – Diva Cobra (Chefe da Divisão de Desporto e Juventude); -----

- Vogal – Humberto Simões (Técnico Superior da Divisão de Assuntos Jurídicos); -----

- Vogal – Rute Mota (Técnico Superior), que substituirá o Presidente do Júri nas suas faltas e impedimentos); -----

- Vogal Suplente – André Silva (Técnico Superior); -----

- Vogal Suplente – José Pomba (Técnico Superior). -----

3 – Mandar publicar Edital para o efeito nos dois jornais locais e num jornal com tiragem nacional, incluindo ainda no Site da Câmara Municipal de Tomar. -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

DELIBERAÇÃO TOMADA EM MINUTA.-----

Informação da Divisão de Turismo, Cultura e Museologia: -----

ESPETÁCULO DE DANÇA NO CINETEATRO PARAÍSO -----

Foi presente a informação nº 63/2012 da Divisão de Turismo, Cultura e Museologia com despacho da Sra. Vereadora Rosário Simões, submetendo à aprovação do Executivo Municipal a celebração de uma parceria com a Sociedade Filarmónica Gualdim Pais com vista à realização no Cine Teatro

Paraíso de dois espetáculos música, denominados “Dia Mundial da Dança” e “O Pedro e o Lobo”, nos dias 29 de abril e 22 e 23 de junho, respetivamente. -----

A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a parceria a estabelecer com a Sociedade Filarmónica Gualdim Pais, com vista à realização dos referidos espetáculos. -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

DELIBERAÇÃO TOMADA EM MINUTA.-----

Informação da Divisão de Desenvolvimento Económico, de Apoio às Empresas e de Comunicação: -----

PAGAMENTO DE FATURAS REFERENTES AO BOLETIM INFORMATIVO/AGENDA CULTURAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE TOMAR-----

Foi presente a informação nº 3/2012 da Divisão de Desenvolvimento Económico, de Apoio às Empresas e de Comunicação dando conta que, em virtude do atraso no processo de adjudicação do fornecimento mensal do Boletim Informativo/Agenda Cultural da Câmara Municipal de Tomar, a empresa DL Publicidade produziu os Boletins referentes aos meses de novembro e dezembro de 2011 e janeiro e fevereiro de 2012, antes da assinatura do respetivo contrato.-----

A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou dar parecer favorável à referida aquisição de serviços, nos termos e para os efeitos do disposto na Lei de Orçamento de Estado para 2012. -----

Esta deliberação foi aprovada por maioria de cinco votos a favor e os votos contra dos Senhores Vereadores Luis José da Silva Ferreira e Anabela Rosa de Almeida Estanqueiro, que ditaram a seguinte declaração de voto: “O Partido socialista sempre se manifestou contra a continuidade da existência nos moldes atuais, do Boletim Informativo, propondo ao invés que fosse privilegiada a sua existência através de mailing lists, da publicação nos jornais locais e da divulgação através das rádios locais. Assim, chegar-se-ia a um público mais vasto e a muito menor custo. -----

Ademais, estranhámos que sejam presentes à Câmara para “aprovação” faturas de execução dos boletins de Novembro a Fevereiro, quando a mesma Câmara não decidiu a realização da respectiva despesa. Para nós, quem decidiu a despesa, devia agora decidir pagar a mesma e não chamar a Câmara a essa responsabilidade. -----

Por tudo isto votamos CONTRA.”-----

DELIBERAÇÃO TOMADA EM MINUTA.-----

Informação conjunta da Divisão de Turismo, Cultura e Museologia e Divisão de Desporto e Juventude: -----

ENCONTRO REGIONAL DE EXPLORADORES – CORPO NACIONAL DE ESCUTAS

Foi presente a informação conjunta nº 30/2012 da DTCM e 39/2012 da DDJ relativa ao Encontro Regional de Exploradores a levar a efeito pela Junta Regional de Santarém do Corpo Nacional de Escutas (CNE), nos dias 24 e 25 de março.-----

A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar a Junta Regional de Santarém do Corpo Nacional de Escutas (CNE) do pagamento do preço de utilização do Pavilhão Jácome Ratton na noite de 24 para 25 de março, no âmbito da realização da referida atividade e nos termos da informação supra, que homologa, por considerar a atividade de interesse municipal. -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

DELIBERAÇÃO TOMADA EM MINUTA.-----

Informação da Divisão de Serviço Urbanos e Espaços Verdes: -----

RECOLHA DE RESÍDUOS HOSPITALARES PRODUZIDOS NAS AMBULÂNCIAS DOS BOMBEIROS MUNICIPAIS DE TOMAR – Parecer prévio -----

Foi presente a informação nº 54/12-APV da Divisão de Serviços Urbanos e Espaços Verdes, submetendo à consideração do Executivo Municipal a emissão de parecer prévio vinculativo, para efeitos de contratação de serviços de recolha de resíduos hospitalares produzidos nas ambulâncias dos Bombeiros Municipais de Tomar.-----

A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou emitir parecer prévio favorável vinculativo relativamente à referida contratação de serviços, nos termos do art.º 26º da Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro (Orçamento de Estado para 2012). -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

DELIBERAÇÃO TOMADA EM MINUTA.-----

A Senhora Vereadora Rosário Simões saiu nesta altura da reunião.-----

Neste momento da reunião a Câmara aprovou por unanimidade alterar a ordem do dia passando a deliberar da seguinte forma: -----

Propostas: -----

Propostas do Senhor Presidente da Câmara: -----

PROPOSTA DE ADITAMENTO AO REGIMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE TOMAR-----

O Senhor Presidente da Câmara apresentou, sobre o assunto em epígrafe, uma Proposta do seguinte teor: -----

“Considerando,-----

Que em algumas reuniões do Órgão Executivo não se consegue apreciar todos os assuntos constantes da ordem do dia, tornando-se difícil elencar os assuntos passíveis de apreciação; -----
e -- -----

Considerando,-----

Que apesar do retromencionado, também não se justifica diminuir a periodicidade das reuniões ordinárias, isto é, semanalmente;-----

Proponho que,-----

Seja feito um aditamento com o nº 3 ao artigo 1º do Regimento da Câmara Municipal de Tomar em vigor, cuja redação se sugere: -----

- “3. Sempre que os assuntos constantes da ordem do dia não consigam ser apreciados na reunião para que foram agendados, a mesma prolongar-se-á para a semana imediatamente seguinte (quinta-feira).”-----

A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou não alterar o Regimento da Câmara. No caso de as reuniões não acabarem nos termos regimentais, deverão as mesmas continuar, em nova sessão, na 5ª feira da semana seguinte, para apreciação dos restantes assuntos da Ordem do Dia. -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

DELIBERAÇÃO TOMADA EM MINUTA.-----

ADESÃO À REDE DE CIDADES E VILAS MEDIEVAIS-----

O Senhor Presidente da Câmara apresentou, sobre o assunto em epígrafe, uma Proposta do seguinte teor: -----

“A Rede de Cidades e Vilas Medievais foi criada em 2007 com o objetivo de estabelecer uma rede tendo como referência o eixo comum dos centros históricos de caráter medieval. -----

Atualmente integram esta rede de pequenas e médias localidades, que conservam um património turístico e medieval, Almazán, Consuegra, Coria, Estella Lizarra, Hondarribia, Laguardia, Olivenza, Pedraza, Sigüenza, Sos del Rey Católico, Marvão e Vila Viçosa.-----

Pretendem, através da conjugação de múltiplas ações de promoção, desenvolver o seu turismo, gerando consequentemente o enriquecimento económico e cultural. De realçar o trabalho realizado nomeadamente a criação de uma marca, a conceção de uma página Web www.cuidadesyvillasmedievales.com, as ações de promoção e divulgação (dirigidas a profissionais e agentes do setor turístico, a meios de comunicação social, a operadores, bloguistas, etc... em Madrid e em Lisboa), os folhetos, o concurso gastronómico. A Rede conseguiu assim criar uma imagem de qualidade nos circuitos internacionais e já editou vários produtos turísticos que congregam todos os membros numa rota turística. -----

Trata-se de uma rede transnacional, cujo trabalho desenvolvido foi reconhecido na XXXII edição da Feira Internacional de Turismo de Madrid (FITUR), sendo a Rede premiada no âmbito do XVII Concurso do Melhor Produto de Turismo Ativo, na categoria de Cultura, promovido pela revista *AireLibre* e por FITUR Ativo, no qual participaram 95 produtos presentes na FITUR 2012. -----

A evolução desta Rede levou à constituição de um Agrupamento Europeu de Interesse Económico, sem que a Rede abdicasse de um dos seus principais objetivos: incluir novos municípios portugueses e do sudoeste francês na sua estrutura e conceito, convertendo-a numa rota mais atrativa para o visitante e um percurso de alta diversidade cultural, patrimonial e gastronómica. -----

Considerando que a cooperação transnacional representa hoje, por um lado, uma grande oportunidade para combater os desafios da globalização, permitindo por outro, aproveitar os benefícios da integração europeia, não podemos ficar indiferentes aos resultados que poderemos alcançar com a adesão a uma rede com um excelente desenvolvido e que lhe é hoje sobejamente reconhecido. -----

A integração desta Rede implica o pagamento de uma quota de adesão no valor de 6.000€, para compensação de todo o trabalho já desenvolvido, acrescido de uma contribuição anual de 1.500€. Propõe-se assim que esta Câmara Municipal aceite o convite para aderir à Rede de Cidades e Vilas Medievais, consciente da sua importância no desenvolvimento turístico, económico e social do nosso concelho.” -----

A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aceitar o convite de adesão à Rede de Cidades e Vilas Medievais nos termos propostos e remeter, nos termos da alínea m) do nº 2 do artº 53º da Lei nº 169/99, de 11 de Setembro na sua actual redacção, o processo à Assembleia Municipal de Tomar. --

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

DELIBERAÇÃO TOMADA EM MINUTA.-----

EXPEDIENTE-----

Foi presente o ofício 3665/2012/DHO de 09/03/2012 do Senhor Presidente do Conselho Consultivo do Centro Hospitalar do Médio Tejo, solicitando que a Câmara indique o nome do representante neste órgão hospitalar. -----

Foi ainda presente a proposta dos Senhores Vereadores do P.S., do seguinte teor: “Considerando que a participação do Município neste conselho consultivo, deve reflectir uma visão maioritária sobre a abordagem que vem sendo realizado desde há vários anos pelos órgãos Municipais, Câmara e Assembleia, sobre a prossecução da política de saúde hospitalar na nossa região.-----

Considerando ainda que a atual vereadora Graça Costa exerceu funções de coordenação da comissão de saúde da Assembleia Municipal de Tomar, no mandato 2005-09, com reconhecido equilíbrio de posições entre as diferentes forças políticas. -----

Os vereadores do Partido Socialista, propõem que a representante do Município no conselho consultivo do Centro Hospitalar do médio tejo, seja a vereadora Graça Costa.” -----

A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a proposta apresentada, nomeando como representante do Município no Conselho Consultivo do Centro Hospitalar do Médio Tejo a Dr^a. Graça Maria Marques Costa. -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

DELIBERAÇÃO TOMADA EM MINUTA.-----

TOMADA DE POSIÇÃO SOBRE O “ENSAIO PARA A REORGANIZAÇÃO DA ESTRUTURA JUDICIÁRIA” -----

A Câmara Municipal de Tomar foi surpreendida com a eventualidade da “transferência” do Tribunal de Trabalho de Tomar (2.^a Secção da Instância do Trabalho de Santarém) para Abrantes. Esta intenção consta da análise do “Ensaio para a Reorganização da Estrutura Judiciária” no âmbito do Conselho Superior da Magistratura. -----

Não compreendemos nem aceitamos, desde logo, que os pressupostos deste “Ensaio” sejam lamentavelmente incorretos e revelem desconhecimento da realidade ou então outras as motivações serão na verdade:-----

- O Tribunal de Trabalho de Tomar funciona em instalações próprias do Ministério da Justiça, num edifício designado por “Palácio de Alvaiázere” e foi recuperado e entrou em funções em 2008 (portanto, nem sequer tem encargos com rendas);-----
- As instalações e os equipamentos são modernos, funcionais e eficazes para magistrados, funcionários e utentes (dispondo inclusivamente de um elevador que garante o acesso de pessoas com mobilidade reduzida), ao contrário do que acontece com Abrantes;-----
- Existem espaços disponíveis e a adaptar que permitem, inclusivamente, o funcionamento de mais uma Secção, com gabinetes disponíveis para magistrados e funcionários; -----
- O Tribunal de Trabalho de Tomar está localizado numa zona de fácil acesso ferroviário e rodoviário, com disponibilidade de estacionamento na zona e está junto do Tribunal Judicial da Comarca, permitindo a articulação de recursos e outras necessidades inerentes à prestação de serviços;-----
- No rés/chão do edifício funcionam as Conservatórias do Registo Civil, Predial e Comercial; -----
- Tomar tem uma centralidade privilegiada relativamente aos concelhos abrangidos pelo Tribunal do Trabalho, designadamente Ferreira do Zêzere, Ourém, Alcanena, Torres Novas, Entroncamento e Abrantes.-----

Face ao exposto, o Executivo Camarário delibera: -----

1. Repudiar a intenção da “transferência” do Tribunal do Trabalho de Tomar para Abrantes; -----
2. Exigir ao Conselho Superior da Magistratura que a análise do “Ensaio para a Reorganização da Estrutura Judiciária” tenha em conta a realidade descrita, que pode ser verificada no local;-----
3. Dar conhecimento desta posição ao Ministério da Justiça, solicitando aos seus responsáveis que procedam a uma visita às instalações do Tribunal do Trabalho de Tomar para uma futura decisão em coerência com a realidade existente;-----
4. Dar conhecimento desta posição ao Bastonário da Ordem dos Advogados, ao Conselho Distrital de Coimbra da Ordem dos Advogados, à Delegação de Tomar da Ordem dos Advogados e ao Tribunal do Trabalho de Tomar.” -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

DELIBERAÇÃO TOMADA EM MINUTA.-----

EXPEDIENTE-----

Foi presente uma carta de Tânia dos Santos Martinho a solicitar autorização para a realização de uma feira de artesanato contemporâneo que pretende levar a efeito na Rua Silva Magalhães, nos dias 28 e 29 de abril, 30 de junho, 1 de julho e 29 e 30 de setembro de 2012, remetendo para o efeito o respetivo regulamento.-----

A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a realização do referido evento nos dias pretendidos.-----

Mais deliberou a Câmara aprovar o regulamento relativo ao evento, nos seus precisos termos. -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

DELIBERAÇÃO TOMADA EM MINUTA.-----

Nesta altura da reunião e sendo dezassete horas e trinta minutos, o Senhor Presidente interrompeu os trabalhos, devendo os mesmos recomeçar pelas nove horas e trinta minutos do dia dezanove de abril. -----

Sendo nove horas e trinta minutos do dia dezanove de abril, estando presentes o Senhor Presidente, que conduziu os trabalhos e os Senhores Vereadores José António Becerra Vitorino, Pedro Alexandre Ramos Marques, Maria do Rosário Cardoso Simões, José Manuel Farinha Perfeito, Luís José da Silva Ferreira e Graça Maria Marques Costa recomeçaram os trabalhos da reunião.-----

Por unanimidade, foram admitidos em adenda à Ordem do Dia os seguintes processos:-----

- **Empreitada de Construção da Nova Cobertura do Palácio Alvim – Atualização do Plano de Trabalhos e Cronograma Financeiro;**-----
- **Empreitada de Arranjo Urbanístico da Envolvente ao Convento de Cristo – Alteração da localização do estaleiro;**-----
- **Subconcessão Pinhal Interior IC3 – Plano de sinalização temporária;**-----
- **Empreitada de Construção de Anexos a uma Habitação nas Traseiras da Fábrica da Fiação – Receção definitiva;**-----
- **XIX Congresso da Sopa;** -----
- **Cedência do Cine-teatro ao CIRE – Dia 12 de Maio;** -----
- **Voto de pesar pelo falecimento de José Alberto Duarte Caetano.** -----

Seguidamente, a Câmara passou a deliberar da seguinte forma: -----

EXPEDIENTE-----

Foi presente o ofício 931/2012 da Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere reiterando o teor do ofício 6692/2010 que remeteu a esta Câmara propostas de Protocolos relativos ao abastecimento de água e saneamento das povoações de Sesmarias, Cardal e Bairradinha, bem como à beneficiação do Caminho Municipal 1069, acompanhado da informação nº 253/2011 do DOM. -----

A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a celebração do Protocolo, no âmbito do abastecimento de água e do saneamento, nos seus precisos termos, conferindo desde já os necessários poderes ao Sr. Presidente para nele outorgar em representação do Município.-----

Mais deliberou a Câmara remeter o processo ao Departamento de Obras Municipais para informar relativamente à empreitada, nomeadamente justificando o valor da comparticipação por parte desta Câmara Municipal. -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

DELIBERAÇÃO TOMADA EM MINUTA.-----

Os assuntos constantes dos pontos 5.8.2. e 5.8.3. da Ordem do Dia foram retirados. -----

EXPEDIENTE-----

Foi presente uma carta de empresa Encosta de Vale Pereiro – Construções Unipessoal, Lda., na qualidade de arrendatário da cafetaria da Casa dos Cubos, a solicitar, pelas razões que expõe, a redução em 50% do valor da renda durante os primeiros três meses de 2012 ou, em alternativa, a suspensão da atividade e correspondente pagamento de renda durante o mesmo período, sob pena de ter de cessar a exploração. -----

A Câmara, tudo visto e analisado, face ao parecer jurídico nº 54/2012 da Divisão de Assuntos Jurídicos, que homologa, deliberou não aceitar o solicitado pela arrendatária, por falta de enquadramento legal, conforme fundamentação técnica constante do parecer referido.-----

Mais deliberou a Câmara concordar com o termo do contrato, com efeitos a partir do mês de Maio de 2012 e comunicar ao arrendatário que deverá pagar as rendas em atraso no prazo de 15 dias, acrescidas de 50 %, nos termos do art.º 1042 do Código Civil. -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

DELIBERAÇÃO TOMADA EM MINUTA.-----

EXPEDIENTE-----

Foi presente o ofício 7079/CD-SEC/2012 de 29/03/2012 da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., solicitando que a Câmara se pronuncie relativamente ao projeto de

Portaria de reestruturação dos Agrupamentos de Centros de Saúde da Região de Lisboa e Vale do Tejo, que anexam. -----

A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou manifestar a sua discordância relativamente à localização da sede do Agrupamento ACES XII – Médio Tejo, por considerar que o Centro de Saúde de Tomar, dos 12 envolvidos, é o que tem mais utentes (45.032), ocupando uma posição central na região.-----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

DELIBERAÇÃO TOMADA EM MINUTA.-----

OPERAÇÕES URBANÍSTICAS: -----

LOTEAMENTO URBANO-----

REQUERENTE: Aristinvest – Investimentos Imobiliários, Unipessoal -----

Foi presente o processo nº 123/2010 relativo ao pedido de alteração aos lotes 1 a 3 do loteamento nº 7/88 sito na Quinta de Santo André – Sta. Maria dos Olivais, em nome de Aristinvest – Investimentos Imobiliários, Unipessoal, acompanhado da informação nº 1800/2011 do DOGT e parecer jurídico nº 63/2012-DAJ. -----

A Câmara, tudo visto e analisado e homologando a parecer jurídico supra referido, deliberou declarar a caducidade do processo. -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

DELIBERAÇÃO TOMADA EM MINUTA.-----

Relativamente ao assunto anterior, o Sr. Vereador Pedro Marques requereu que fosse clarificado e se necessário se proceda a inquérito relativamente à informação técnica nº 147/LOT/06, prestada no âmbito do processo 863/2006, em nome de Aristinvest – Investimentos Imobiliários, Unipessoal, Lda., e que deu origem a deliberação de Câmara tomada a 8 de Janeiro de 2001, nomeadamente no que se refere à ocupação do espaço público. -----

Informações diversas: -----

**INSTALAÇÃO DE CENTRAL DE BETUMINOSO DE APOIO À EMPREITADA
“SUBCONCESSÃO PINHAL INTERIOR – Instalação provisória** -----

REQUERENTE: MonteAdriano – Engenharia e Construção, S.A. -----

Foi presente a informação nº 717/2012/DOGT relativa ao processo nº 94/2012 submetendo à consideração do Executivo Municipal o parecer favorável quanto à localização da instalação da

central de betuminoso no estaleiro da empreitada da “Subconcessão Pinhal Interior”, conforme requerido pela empresa MonteAdriano – Engenharia e Construção, S.A. -----

A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou remeter o processo ao DOM para informar, face à localização proposta, quais as vias da rede viária que vão ser utilizadas com a indicação das responsabilidades decorrentes do uso dessa rede de infra-estruturas rodoviárias. -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

DELIBERAÇÃO TOMADA EM MINUTA.-----

PROCESSOS OBJETO DE DESPACHO:-----

Ao abrigo de Delegação e Subdelegação de competências, em conformidade com a deliberação de 23 de Dezembro de 2012 - (Senhor Presidente) foi presente, para conhecimento, a informação nº 66/2012-DF. -----

Relativamente ao ponto 4.5. da Ordem de Trabalhos o Sr. Vereador Pedro Marques requereu informações face à seguinte situação: -----

“Nos últimos dias funcionários dos SMAS Têm vindo a proceder ao levantamento das tampas de esgoto nas ruas de Linhaceira, que empreiteiros deixaram por intervencionar há cerca de mês e meio. Aliás os trabalhos feitos dos empreiteiros foram executados sem qualquer informação da sua identificação, tipo de trabalho, duração, etc, como é norma e julgo que obrigatório, aparecer junto das obras em execução e da responsabilidade das Autarquias. Daí se desconhecer se as ruas onde não se fez a intervenção estarem ou não contempladas na empreitada. Certo é que as ruas são as seguintes: -----

Rua 17 de Maio; Rua dos Flores; Rua D. Gastão; Rua Tenente Alves Sousa; Rua de S. João; Rua 8 de Dezembro; Rua do Casalinho; Rua Prof. Augusto Ferreira; Altinho da Bela Vista; Travessa das Peraltas; Rua do Loureiro; Rua Conde de Nova Goa e Estrada Municipal de ligação entre Santa Cita e a EN 110, vulgo estrada de Santo António.-----

O que ressalta desta intervenção agora feita pelos SMAS é que apenas são levantadas as tampas que anteriormente haviam sido descobertas, continuando debaixo da camada de alcatrão todas as outras que há dois anos não foram descobertas e que parecem ser em maior número. Trata-se, portanto, de um simples trabalho de remedeio e que nada tem a ver com o que foi feito nas restantes ruas e estradas da Freguesia de Asseiceira.” -----

Seguidamente, foram apreciados os processos admitidos à Ordem do Dia, que deram origem às seguintes deliberações: -----

**EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DA NOVA COBERTURA DO PALÁCIO ALVIM –
Atualização do Plano de Trabalhos e Cronograma Financeiro -----**

Foi presente a informação nº 328/2012 do DOM, submetendo à aprovação do Executivo Municipal, o Plano de Trabalhos e Cronograma Financeiro ajustados à Empreitada de Construção da Nova Cobertura do Palácio de Alvim, apresentado pelo empreiteiro no seguimento de alterações derivadas de dificuldades surgidas na produção de uma estrutura metálica.-----

A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar o referido Plano de Trabalhos e respetivo cronograma financeiro, apresentados pelo empreiteiro. -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

DELIBERAÇÃO TOMADA EM MINUTA.-----

EMPREITADA DE ARRANJO URBANÍSTICO DA ENVOLVENTE AO CONVENTO DE CRISTO – Alteração da localização do estaleiro da obra-----

Foi presente a informação nº 312/2012 do DOM, submetendo à aprovação do Executivo Municipal a nova localização do estaleiro da Empreitada de Arranjo Urbanístico da Envolvente ao Convento de Cristo, proposta pelo empreiteiro. -----

A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a nova localização do estaleiro da obra, conforme proposto pelo empreiteiro. -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

DELIBERAÇÃO TOMADA EM MINUTA.-----

**SUBCONCESSÃO PINHAL INTERIOR – IC3: VARIANTE DE TOMAR – LOTE 5 –
SUBLANÇO VALDONAS/ALVIOBEIRA – LOTE 5.2 – Plano de sinalização temporária -----**

Foi presente a informação nº 348/2012 do DOM acompanhada do plano de sinalização temporária, apresentado pela empresa ASCENDI, no âmbito da realização do corte de cinco passagens inferiores sob o IC3, no troço em referência.-----

A Câmara, tudo visto e analisado e face à informação supra, que homologou, deliberou aprovar, pelo período aproximado de 4 meses, o Plano de Sinalização Temporária apresentado. -----

Mais deliberou a Câmara notificar a ASCENDI da necessidade de garantir a reposição e reparação da rede viária municipal afetada pela obra, após a sua conclusão, bem como garantir durante o referido período a manutenção adequada dos caminhos alternativos. -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

DELIBERAÇÃO TOMADA EM MINUTA.-----

EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DE ANEXOS A UMA HABITAÇÃO NAS TRASEIRAS DA RUA DA FÁBRICA DA FIAÇÃO – Receção definitiva -----

Foi presente a informação nº 332/2012 do DOM com remessa do Auto de Vistoria de receção definitiva da Empreitada de construção de anexos a uma habitação nas traseiras da Rua da Fábrica da Fiação que conclui estar a obra em condições de ser recebida. -----

A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou receber definitivamente a obra supra referida, atento o teor do Auto de Vistoria, e autorizar a libertação das respetivas quantias retidas como garantia.-----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

DELIBERAÇÃO TOMADA EM MINUTA.-----

XIX CONGRESSO DA SOPA -----

Foi presente a informação nº 85/2012 da Divisão de Turismo, Cultura e Museologia submetendo à aprovação do Executivo Municipal a realização do XIX Congresso da Sopa. -----

A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou autorizar a realização do referido evento, aprovando os preços de bilheteira constantes da informação, bem como dar parecer prévio vinculativo para a contratação de serviços de segurança alimentar e de segurança do recinto. -----

Mais deliberou a Câmara que as receitas de bilheteira revertam a favor do C.I.R.E. -----

O Senhor Vereador José Victorino não tomou parte desta deliberação, tendo-se ausentado da sala.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

DELIBERAÇÃO TOMADA EM MINUTA.-----

CEDÊNCIA DO CINE TEATRO PARAÍSO -----

Foi presente a informação nº 84/2012 da Divisão de Turismo, Cultura e Museologia submetendo à aprovação do Executivo Municipal a cedência gratuita do Cine-Teatro e dos direitos de exploração da bilheteira ao Centro de Integração e Reabilitação de Tomar (CIRE), no âmbito de uma parceria com a Câmara, para a realização de um espetáculo denominado “Novos Talentos – concurso de Talentos”, no próximo dia 12 de maio de 2012. -----

A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou autorizar a cedência gratuita do Cine-Teatro bem como a exploração da bilheteira pelo Centro de Integração e Reabilitação de Tomar (CIRE), devendo notificar-se a Requerente de que não pode ser excedida, sob pretexto algum, a lotação do Cine Teatro (393 lugares sentados, mais 17 lugares reservados a entidades devidamente autorizadas).-----

O Senhor Vereador José Victorino não tomou parte desta deliberação, tendo-se ausentado da sala.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

DELIBERAÇÃO TOMADA EM MINUTA.-----

VOTO DE PESAR-----

O Executivo Municipal tomou conhecimento do falecimento do Senhor José Alberto Duarte Caetano.-----

O Senhor José Alberto Duarte Caetano exerceu as funções de Vereador da Câmara Municipal de Tomar no mandato de 1976 a 1979, além de ter tido relevante envolvimento profissional, na atividade seguradora, e associativo nomeadamente no Sporting Clube de Tomar.-----

A Câmara Municipal de Tomar, reunida no dia 19 de Abril de 2012, delibera aprovar um voto de sentido pesar pelo falecimento do Tomarense Sr. José Alberto Duarte Caetano, antigo Vereador da Câmara Municipal de Tomar e expressar condolências à sua família. -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

DELIBERAÇÃO TOMADA EM MINUTA.-----

Terminados os trabalhos, sendo doze horas e trinta minutos, o Senhor Presidente da Câmara, declarou, em nome da Lei, encerrada a reunião.-----

Para constar se lavrou a presente acta, que eu,

Técnica

Superior, designada para o efeito por deliberação do Executivo Municipal de 10 de Fevereiro de 2011, mandei escrever e subscrevo. -----
